

PARECER DO CONSELHO DE ILHA DE SÃO MIGUEL SOBRE A PROPOSTA DE PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2015.

No dia 20 de outubro de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu ordinariamente o Conselho de Ilha de São Miguel, a fim de se pronunciar sobre vários pontos da Ordem de Trabalhos constante da respetiva convocatória, nomeadamente sobre a anteposta de Plano Regional Anual para 2015.

Relativamente a tal ponto da Ordem de Trabalhos, alguns dos Senhores Conselheiros manifestaram desacordo sobre as orientações do documento em análise, porque prosseguia as orientações de documentos idênticos anteriores que não terão logrado contrariar o elevado desemprego, as dificuldades sociais ou o abandono escolar precoce, relevando que cerca de 2/3 de tais problemas se localizam em S. Miguel quando apenas 34% do plano se destina a esta ilha.

Salientando que a anteposta de plano continha um conjunto de medidas anti cíclicas e o desenho de políticas transversais destinadas a reforçar a competitividade e empregabilidade da economia regional, a coesão territorial, a qualificação e a inclusão social, uma outra e mais expressiva parte dos Senhores Conselheiros expressaram a sua concordância com tal documento, referindo que os 731 milhões de euros de investimento previsto para 2015 representava um crescimento de 13% em relação ao Plano Regional anterior e um enorme esforço para uma retoma da atividade económica e dos indicadores sociais da Região.

Este conjunto de Conselheiros referiu também que a anteposta de plano contemplava um aumento do investimento público em todas as áreas e ilhas, e que as verbas desagregadas para S. Miguel atendem à sua importância no contexto regional, já que representam 34% do plano ou seja, 249,1 M€, dos quais 56,6 M€ serão afetos a transportes, energia e infraestruturas tecnológicas; 48,9 M€ destinados à competitividade, emprego e gestão pública; 48,5 milhões a dirigir para a agricultura, florestas e desenvolvimento rural e 28,1 M€ para a Educação. Aduziram que o investimento respondia a necessidades e não ao peso relativo das ilhas e que a distribuição espacial de muito do investimento previsto era feito por estimativa, por ter uma dimensão regional, sendo passível de alteração no decurso da execução orçamental, dando como exemplo um desempregado que não deixará de ter apoio social pelo facto da Ilha já ter esgotado a verba que lhe estava destinada a tal fim ou que um empresário micaelense deixe de aceder ao programa de Incentivos por aqui haver mais investimento.

Por último, foi salientado que o Conselho de Ilha de S. Miguel tem especial responsabilidade na promoção da coesão regional, uma vez que reivindicamos

solidariedade permanente do poder central em relação aos Açores, por sermos periféricos, insulares, incapazes de promover economias de escala que criem competitividade, pelo que não podemos deixar de ter o mesmo discurso quando a questão se coloca entre as diferentes ilhas dos Açores.

Houve também alguns Senhores Conselheiros que manifestaram as suas posições sobre o documento em causa, sublinhando que, no âmbito das respetivas organizações, já haviam emitido parecer escrito sobre a anteposta de Plano Regional em análise.

Após o debate sumariamente descrito, a proposta de plano foi colocada à votação, tendo merecido parecer favorável do Conselho de Ilha, com 16 votos a favor, 10 contra e uma abstenção.

O Presidente do Conselho de Ilha.



(Noé Rodrigues)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 3311	Proc. n.º 102
Data: 014 / 11 / 17	N.º 91/124 X